

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



ATA

7ª Reunião da Assembleia de Delegados

da Ordem dos Arquitectos (2023-2026)

24.fevereiro.2025
18h00 – Videoconferência

No dia 24 de fevereiro de 2025, reuniu a Assembleia de Delgados da Ordem dos Arquitectos (AdD), para a sua 7.ª reunião, do mandato 2023-2026, realizada em formato, exclusivamente, telemático:

- **Participaram na reunião os seguintes Delegados:** Alexandre Ferreira, Ana de Bastos, Ana Nascimento, António Maria Costa, Bernardo Amaral, Carla Vieira, Carlos Antunes, Daniel Carrapa Dias, Décio Ferreira, Duarte Caldeira, Francisco Freitas, Igor Espínola França, João Cravo, João Paulo Bessa, Jorge Teixeira, Jorge Toscano, José Luís Fernandes, Marta Falcão, Mário Martins, Nuno Freitas, Paulo Pardelha, Patrícia d'Andrade, Paulo Pisco, Renato Costa, Sérgio Antunes e Teresa Novais.
- **Não participaram:** Pedro Crisóstomo e Susana Rato.
- **Foram convidados** e esteve presente: o Presidente do Conselho Diretivo Nacional - Avelino Oliveira e o Tesoureiro do Conselho Diretivo Nacional – Arqº António Laúndes
- **Participaram ainda** o Assessor Jurídico – Dr. Bernardo Pinheiro e a responsável pelo secretariado administrativo, Fátima Marques.

Ordem de Trabalhos:

1. Proposta de Relatório sobre o desempenho das atribuições da Ordem dos Arquitectos referente a 2023 e 2024.
2. Proposta de Plano Geral de Atividades e Orçamento da Ordem dos Arquitectos para 2025.

O Presidente da AdDel, Jorge Teixeira, constatando haver quórum, deu início à reunião, pelas 18 horas e 10 minutos.

Cumprimentou e agradeceu a presença de todos e solicitou autorização para a gravação da reunião.

Prestou diversas informações, nomeadamente a data da próxima Assembleia de Delegados a agendar para o dia 8 de março, assim como o facto de não constar nesta ordem de trabalhos aprovação da ata da Assembleia anterior que irá ser remetida para a próxima reunião da Assembleia.

Ponto 1. Proposta de Relatório sobre o desempenho das atribuições da Ordem dos Arquitectos referente a 2023 e 2024

O Presidente, **Jorge Teixeira**, deu a palavra ao Presidente do Conselho Diretivo Nacional para fazer a apresentação do "Relatório sobre o desempenho das atribuições da Ordem dos Arquitectos referente a 2023 e 2024". Este documento foi enviado previamente para conhecimento de todos.

Avelino Oliveira - Cumprimentou e agradeceu a presença de todos, destacando que este Relatório é um documento novo, resultante do novo Estatuto, e que já havia sido solicitado pelo Tribunal de Contas no ano anterior. Este documento reflete a monitorização das atividades e o desempenho das competências da Ordem, possuindo prazos específicos para ser aprovado e enviado à Assembleia da República. De caráter predominantemente administrativo, ele também apresenta dados e números importantes sistematizados, sobre a atividade da Ordem, pelo que considerou que a sua existência configura uma boa prática.

Inscreveram-se para o debate deste Ponto os Delegados:

Décio Ferreira – manifestou a sua opinião considerando que este documento é bastante importante pois as informações nele contidas são uteis e dão uma visão mais específica da Ordem, das suas atividades e de como esta vai sendo gerida. Terminou, agradecendo o trabalho realizado.

Teresa Novais – começou por mencionar que quando esteve na Ordem já se faziam relatórios de atividade, sendo estes claro um instrumento indispensável, pelo que considerou que este documento devia estar mais detalhado, que mencionasse o que se tinha previsto fazer e a confirmação do que realmente se conseguiu fazer. E questionou ainda se não é estranho estarem a apresentar o Plano de Atividades para 2025 sem apresentarem primeiro o relatório de atividades de 2024.

Avelino Oliveira – respondeu que este Relatório é sobre o desempenho das atribuições e competências da Ordem, não é um relatório de atividades que será, oportunamente, apresentado na AdDel. É um novo documento que não existia anteriormente, é um documento orgânico para a apresentar na Assembleia da República, onde constam as competências e a execução dessas mesmas competências pela Ordem, no que diz respeito à admissão, à disciplina ou à deontologia, resumindo, descreve como funcionam os Conselhos e a execução das respetivas competências.

Jorge Teixeira – esclareceu que se estava, excecionalmente, a aprovar o Plano de Atividades e o Orçamento para 2025, já se estando em 2025, o que deveria ter acontecido no final do ano 2024. O plano de atividades é sempre anterior ao relatório de atividades, e essa confrontação virá a ser realizada aquando da apresentação posterior do respetivo relatório à Assembleia.

António Laúndes - deu mais algumas explicações relativas à sequência da apresentação dos documentos, justificando ainda que a auditoria do Tribunal de Contas, no final do ano passado colocou diversas questões que motivaram o atraso e a elaboração e apresentação do Plano de Atividades e Orçamento para 2025.

Não havendo mais intervenções e após os esclarecimentos prestados, foi colocada à votação a **Proposta de Relatório sobre o desempenho das atribuições da Ordem dos Arquitectos referente a 2023 e 2024** que foi aprovado por Unanimidade, com (25) votos dos Delegados, presentes naquela altura.

Ponto 2. Proposta de Plano Geral de Atividades e Orçamento da Ordem dos Arquitectos para 2025;

Jorge Teixeira - deu a palavra ao Presidente do CDN, Avelino Oliveira e ao Tesoureiro do CDN, António Laúndes, para apresentarem respetivamente os documentos - Plano Geral de Atividades e o Orçamento para 2025, sublinhando e esclarecendo os pontos mais relevantes, a saber.

Avelino Oliveira - com base num powerpoint (em anexo?) iniciou a apresentação referindo as principais linhas de atividade, destacando-se, essencialmente, o foco na valorização da profissão, no apoio aos membros e na promoção da arquitetura. No que diz respeito à parte institucional, informou que o novo órgão de Supervisão já se encontra em funções. Justificou o reagendamento do Congresso, que foi adiado para outubro. E deu informações sobre a implementação de um novo modelo de gestão e contrato com um novo ROC, uma vez que foram detetados procedimentos que poderiam ser melhorados, de acordo com o relatório do Tribunal de Contas após a auditoria. Abordou ainda a questão dos Colégios Profissionais, cuja discussão ocorrerá na próxima reunião da AdDel. Outros temas debatidos incluíram as comissões técnicas e os novos regulamentos, com destaque para o Regulamento de Atos que é de extrema importância a sua elaboração, assim como a possível abertura, por parte do Governo, para uma revisão estatutária. Ao nível das relações internacionais, sublinhou a participação da Ordem junto do CAE, do CAU, e nas Expo mundiais de Osaka e Riade.

Falou ainda sobre a melhoria na organização entre os diferentes órgãos e gestão de recursos humanos da Ordem. No apoio aos membros, com melhoramentos no Portal e a criação de uma plataforma de apoio à prática profissional, assim como na admissão e certificação de membros. Deu ainda informações sobre a estratégia da Ordem relativamente aos honorários, à encomenda pública e outros tópicos conforme o documento em anexo. Finalizando, colocou-se à disposição para esclarecer qualquer dúvida.

Jorge Teixeira – sugeriu que seria talvez, mais profícuo o Tesoureiro apresentar já de seguida o Orçamento e só depois ser aberto um período para questões e esclarecimentos. O que foi aceite, e assim deu a palavra a António Laúndes

António Laúndes – começando por referir os dois documentos prévios ao Orçamento que são o Protocolo de Repartição de Quotização e os Princípios Orientadores do Orçamento, ambos do conhecimento já da AdDel. Seguidamente partilhou o documento Orçamento, também já do conhecimento prévio de todos, e foi explicando quadro a quadro, sublinhando as rubricas e números mais relevantes nele contidos, referindo os custos e despesas, as receitas e as estimativas de proveitos. Apresentou ainda um quadro resumo, que faz parte do documento “Orçamento”, que compara as receitas e custos e o valor final e a análise desses resultados, assim como a monitorização das atividades; deixou ainda um alerta para a Assembleia que terá de elaborar o regulamento das remunerações dos órgãos sociais, para terem contenção nos valores que vão propor.

Salientou ainda que auditoria e o relatório do Tribunal de contas deu uma certeza e um caminho do que terá de ser seguido, e de que aliás já tinham ideia do que será necessário fazer e mudar, pelo que se encontram a elaborar um “Manual de procedimentos dos serviços administrativos e financeiros” que deverá sair em breve e também a criação de uma plataforma de gestão corrente e que irá dar informação ao minuto de todas as receitas e gastos assim como o resultado entre esses dois parâmetros com todas as receitas e desvios que possam existir, assim como quem autorizou e pagou cada despesa, pelo que em próxima auditoria, por exemplo, se terá uma radiografia completa e de forma automática do panorama financeiro da Ordem.

Informou ainda sobre as diversas plataformas e programas que terão de ser trabalhadas e atualizadas, tais como o Primavera, o Gestor de membros que já se encontra obsoleto, o Portal etc. Terminou e colocou-se a disposição para responder a quaisquer questões.

Aberta a discussão, inscreveram-se para apresentarem questões e solicitarem esclarecimentos os seguintes Delegados:

Teresa Novais – Agradeceu e felicitou o entusiasmo e empenho do Tesoureiro, António Laúndes, e levantou questões sobre a formação dos funcionários, mencionando que não ouviu falar dessa questão, e questionou sobre a renovação de quadros que possam apoiar as direções e facilitar a transição entre as mesmas, transmitindo as informações sobre o trabalho realizado anteriormente. Igualmente não ouviu falar do Observatório, pelo que solicitava esclarecimentos. Assim informou que em relação ao Plano de Atividades se irá abster, pois não compreende a política, nem a estratégia que estão a seguir e a serem tomadas, como no caso dos honorários e da encomenda pública, questionando assim qual a estratégia que pretendem seguir?

Sérgio Antunes - concorda com o mencionado pela Teresa Novais, pois em relação aos valores para os funcionários e eleitos o valor dos eleitos é perfeitamente injusto, pois este tem de fazer muito trabalho administrativo; e a segunda dúvida é sobre a revista “Intersecções” se esta é uma substituta e/ou como se cruza com o “Jornal Arquitectos”, pois não parece haver diferenças suficientes entre as duas para haver duas publicações, considerando que a sua existência pode enfraquecer ainda mais o JA?

Avelino Oliveira - em relação a estas duas intervenções, respondeu primeiro a Teresa Novais, manifestou compreender algumas das inquietações que até compartilha, mas genericamente referiu foram eleitos com um programa eleitoral focado em 4 temas: honorários, carreiras, apoio à prática e serem influente junto dos órgãos de decisão. No entanto frisou que não têm culpa que o Governo esteja consecutivamente a ser demitido e a fazer demissões e alterações diversas. Quanto aos funcionários confirmou que existe uma média etária elevada, e tem tentado verticalizar as funções e aproveitar os ativos mesmo que de outras secções de modo a que estes possam trabalhar entre elas e colaborar com o CD Nacional, por exemplo. Sublinha que estão a atentos aos recursos humanos, à sua formação e eventuais contratações. Sobre as questões de política/estratégia nomeadamente sobre a encomenda pública deu diversos esclarecimentos e reconheceu que existem, obviamente, alguns problemas. Quanto aos honorários, informou que têm ocorrido diversas discussões e pedidos de audiências, e que ele próprio tem interferido pessoalmente em alguns casos.

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



NIF 500 802 025

Sobre o Observatório considerou extremamente injusto afirmarem que este não está a trabalhar, pois todos os relatórios dos honorários são feitos pelo Observatório, estando 5 ou 6 técnicos da Ordem a trabalhar e levantar dados, e todos os concursos, números e procedimentos estão a ser monitorizados pelo Observatório, até o CAE solicitou o Excel, que usamos para poder utilizá-lo.

Sobre os honorários destacou a necessidade de ter muito cuidado e não dar passos em falso, mas mencionou que já conseguiram dividir o CAE, tendo, entretanto, sido criado um grupo de pressão. No entanto, este assunto está interligado com a Portaria dos Seguros, pelo que uma tabela pública de honorários nunca poderá ser publicada antes que esta portaria seja aprovada. Informou ainda que solicitou audiências com todos os partidos políticos, sendo que alguns, como o IL, até pediram para serem recebidos na Ordem. Concluiu dizendo que tem plena confiança na estratégia que está a ser seguida e que, ao longo deste ano, será possível dar um grande passo nesta questão.

Referiu que na reunião da Assembleia de dia 8 de março, irá falar mais aprofundadamente sobre estes e outros assuntos.

Respondendo ao Sérgio Antunes, mencionou que igualmente no início teve alguma relutância, supondo que os conteúdos se iriam cruzar, mas referiu que têm tido bastante sucesso junto das Secções, e informou que este modelo do JA, após a saída dos dois últimos números contratados, deverá ser revisto no seu conteúdo e forma, pois efetivamente faz-nos falta uma publicação de referência.

Jorge Teixeira – pronunciou-se respetivamente sobre a plataforma que irá agregar o conjunto de receitas despesas, permitindo, nomeadamente a Assembleia de Delegados, ver e antecipar todos os números, parecendo-lhe muito interessante. Já relativamente ao manual de procedimento financeiro, lhe parece uma excelente e interessante ideia que irá harmonizar e fazer as ligações necessárias a este nível entre os todas as secções e o Nacional.

Concluindo agradeceu e deu os parabéns por todo o trabalho e esforço, nomeadamente esforço pessoal que é necessário para levar a efeito um orçamento e salientou ainda entender perfeitamente o atraso pelo qual chegou à AdDelegados.

Após a discussão, e não havendo mais intervenções, foi colocada à votação a **Proposta de Plano Geral de Atividades e Orçamento da Ordem dos Arquitectos para 2025** que foi aprovada por **Majoria** com **18 votos a Favor; 2 voto Contra** de Igor França e Patrícia d'Andrade e **6 Abstenções** de Francisco Freitas, Teresa Novais, Paulo Pardelha, Sérgio Antunes, Bernardo Amaral e Nuno Freitas.

Declarações de Voto. os Arquitectos Igor Espínola França e Patrícia d'Andrade, manifestaram a intenção de juntar uma declaração de voto conjunta escrita à presente ata, justificando que acompanham o sentido de voto do Presidente da SR dos Açores, Arqº. Nuno Costa, no plenário do CDN, e também de acordo com parecer jurídico que obtiveram, considerando que o Orçamento não garante a equidade estatutária de todas as Secções, sublinhando que, de qualquer modo, este voto contra não põe em causa a aprovação dos documentos.

Terminada a ordem de trabalhos, o Presidente da AdDel, agradeceu a presença do Presidente e Tesoureiro

Avelino Oliveira -Agradeceu a participação e agradeceu igualmente o resultado, com a aprovação dos documentos, que demonstra confiança no trabalho e esforço desenvolvido, manifestou igualmente compreender as abstenções. Seguidamente despediu-se assim como o Tesoureiro e saíram da reunião.

Assim, e não havendo outros assuntos a debater, o Presidente voltou a referir que a próxima reunião desta Assembleia ser irá realizar-se em Lisboa, na Sede Nacional, no próximo dia 8 de Março de 2025, com início às 10:30 horas. Seguidamente foi lida a Ata sintética que foi seguidamente colocada a votação, tendo sido **aprovada por unanimidade** pelos 26 delegados presentes, naquela altura, e subscrita pelo Presidente da Mesa.

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



O Presidente deu, assim, por encerrada a reunião às 20 horas e 16 minutos, e agradeceu a presença e participação de todos.

Desta reunião, foi lavrada a presente Ata que depois de aprovada em próxima reunião será assinada pelo Presidente Vice-Presidente.

Jorge Teixeira,
Presidente da Mesa da Assembleia de Delegados

Décio Ferreira,
Vice-Presidente da Mesa da Assembleia de Delegados

Anexos:

Powerpoint CDN
Declaração voto Açores

7ª Reunião da Assembleia de Delegados,
realizada em 24 de fevereiro 2025

Ponto 2. Proposta de Plano Geral de Atividades e Orçamento da OA para 2025

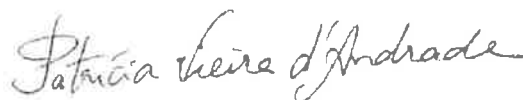
Voto conjunto

Votamos contra a proposta de Plano Geral de Atividades e Orçamento da Ordem dos Arquitectos para 2025, por considerarmos que esses documentos, bem como o Protocolo de Repartição da Receita de Quotização e Princípios Orientadores para 2025, devem ser reformulados, de modo a sanar o conjunto de normas contrárias ao estipulado no Estatuto da Ordem dos Arquitectos e na legislação aplicável e em vigor. No seu conjunto esta documentação é lesiva do bom funcionamento e da viabilidade económica de algumas estruturas da OA, nomeadamente da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos.

Igor Espínola de França
Presidente Assembleia Regional dos Açores



Patrícia d'Andrade
Delegado dos Açores



Ponta Delgada, 24 de Fevereiro de 2025

Plano Geral de Atividades
da Ordem dos Arquitectos

2025

25 ANOS

É com sentido de responsabilidade que apresentamos o **Plano Geral de Atividades da Ordem dos Arquitectos para 2025**. Este documento representa mais um passo estratégico na consolidação do nosso compromisso com a atividade da instituição. O documento representa as linhas de força da nossa atividade e foca-se na **valorização da profissão**, no **apoio aos nossos membros** e na **promoção da Arquitetura** como pilar essencial do desenvolvimento sustentável e da qualidade do ambiente construído.

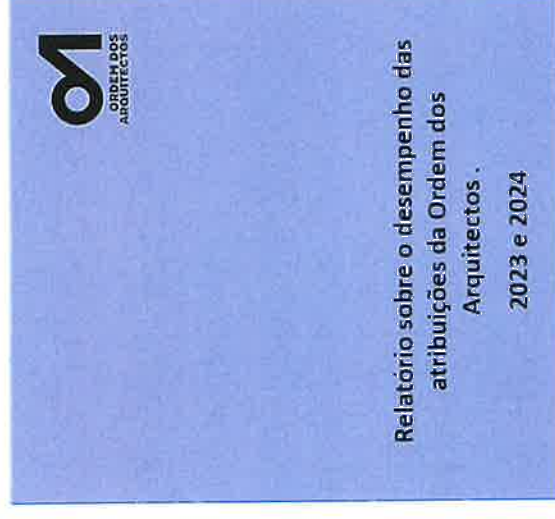
Neste instrumento de gestão a implementar integralmente no presente triénio, refletem-se como prioridades:

- a **continuidade** do trabalho iniciado;
- o **fortalecimento da representatividade** da Ordem;
- a **aproximação** da atuação da OA à realidade quotidiana **dos seus membros**.

2. INSTITUCIONAL

2.1. ÓRGÃOS E ESTRUTURAS ESTATUTÁRIOS

- 2.1.1 Congresso
- 2.1.2 Assembleia Geral
- 2.1.3 Assembleia de Delegados
- 2.1.4 Conselho Diretivo Nacional
- 2.1.5 Conselho de Disciplina Nacional
- 2.1.6 Conselho Fiscal
- 2.1.7 Conselho de Supervisão
- 2.1.8 Provedor dos Destinatários dos Serviços
- 2.1.9 Secções Regionais



2. INSTITUCIONAL

2.1. ÓRGÃOS E ESTRUTURAS ESTATUTÁRIOS

2.1.1 Congresso

2.1.2 Assembleia Geral

2.1.3 Assembleia de Delegados

2.1.4 Conselho Diretivo Nacional

2.1.5 Conselho de Disciplina Nacional

2.1.6 Conselho Fiscal

2.1.7 Conselho de Supervisão

2.1.8 Provedor dos Destinatários dos Serviços

2.1.9 Secções Regionais

Tema: inteligência essencial

Local: Évora

Calendário: Outubro

Assuntos de destaque: Regulamentos | revisão
legislação | Honorários | gestão corrente

Expetável crescimento

Novo modelo: ROC + Gestão

Em implementação

Atualmente + de 50 interações | Supervisão

2.2. ESTRUTURAS COMPLEMENTARES

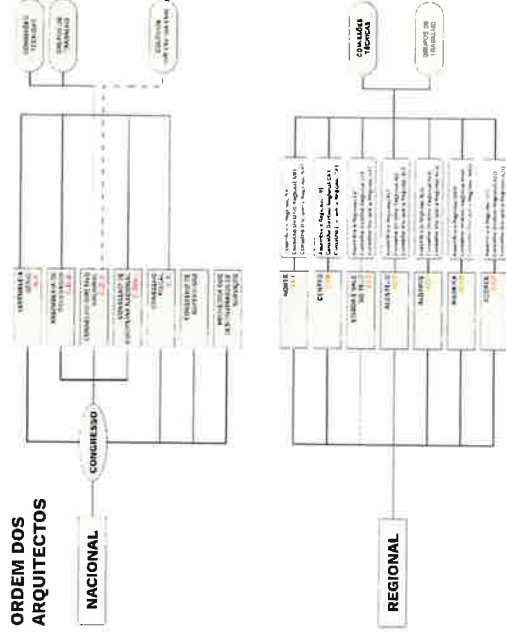
2.2.1 Colégios Profissionais	Criação / ou não Em funcionamento
2.2.2 Comissões Técnicas	
2.2.3 Comissões Interprofissionais	
2.2.4 Grupos de Trabalho	

2.3. ESTATUTO, REGULAMENTOS E DOCUMENTOS FUNCIONAIS

2.3.1 Revisão Estatutária	Urgente Aspectos críticos Regulamento de Atos + restantes Rescaldo TdC
2.3.2 Regulamentos da Ordem dos Arquitectos	
2.3.3 Documentos Funcionais	

2.4. RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E INTERNACIONAIS

2.4.1 Representações Nacionais	Continuidade CAE (grupo de pressão) + Brasil Osaka + Riade
2.4.2 Representações Internacionais	
2.4.3 Relações Estratégicas	



3. ORGANIZAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

3.1. ORGANIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

- 3.1.1 Articulação entre Órgãos Estatutários
- 3.1.2 Serviços Nacionais OA
- 3.1.3 Serviços Comuns OA
- 3.1.4 Serviços Regionais Partilhados OA
- 3.1.5 Serviços das Secções Regionais OA
- 3.1.6 Serviços Administrativos e Jurídicos OA
- 3.1.7 Gestão Financeira OA

3.2. RECURSOS HUMANOS

- 3.2.1 Diagnóstico, Organização e Medidas Emergentes
- 3.2.2 Criação e Consolidação de Carreiras na OA | Mecanismos de Progressão
- 3.2.3 Capacitação e Valorização dos Recursos Humanos

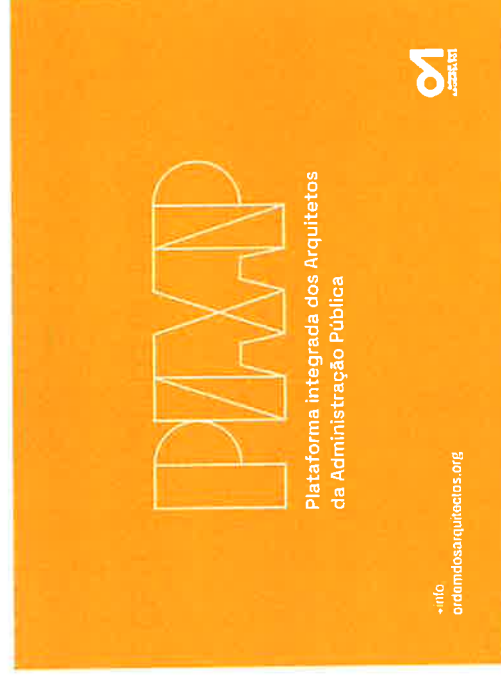
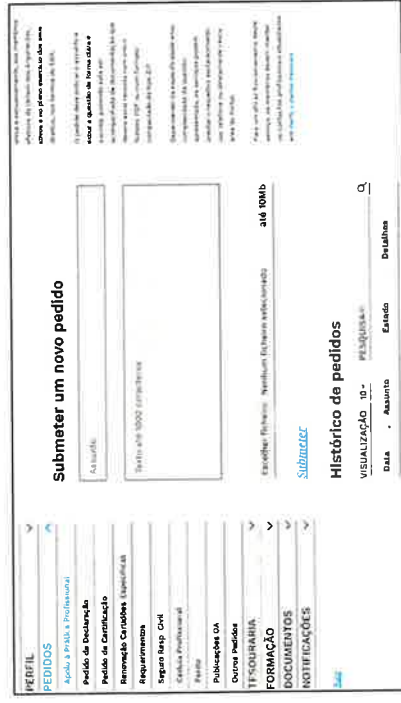
Forte revisão + Reestruturação

Em curso | Compromisso + Otimização

4. SERVIÇOS DA ORDEM DOS ARQUITECTOS

4.1. SERVIÇO AO MEMBRO

- 4.1.1.1** Atendimento
- 4.1.1.2** Apoio Jurídico
- 4.1.1.3** Apoio à Carreira de Arquiteto
- 4.1.1.4** Gabinete do Jovem Arquiteto
- 4.1.1.5** Processo Individual e Gestor de Membros: novas funcionalidades e atualização de dados

[illegible]

4. SERVIÇOS DA ORDEM DOS ARQUITECTOS



4.1.1. SERVIÇO AO MEMBRO

4.2. ADMISSÃO, RECONHECIMENTO E CERTIFICAÇÃO DE MEMBROS

- 4.2.1 Serviço de Admissão de Novos Membros
- 4.2.2 Serviço de Reconhecimento de Membros
- 4.2.3 Serviço de Certificação de Membros
- 4.2.4 Serviço Cédula Profissional

ESTÁGIO + REGRAS + IEPF (6 MESES)



Membro Efetivo de 1.º ano



Quando o primeiro ano de estágio termina, o arquitecto tem condições para ser admitido ao 1.º ano de estágio. A admissão ao 1.º ano de estágio é feita por decisão da Comissão de Admissão, que avalia o desempenho do arquitecto durante o estágio. A admissão ao 1.º ano de estágio é feita por decisão da Comissão de Admissão, que avalia o desempenho do arquitecto durante o estágio. A admissão ao 1.º ano de estágio é feita por decisão da Comissão de Admissão, que avalia o desempenho do arquitecto durante o estágio.



4. SERVIÇOS DA ORDEM DOS ARQUITECTOS

4.3. APOIO À PRÁTICA PROFISSIONAL

- 4.3.1 Contratualização de Serviços de Arquitetura
- 4.3.2 Cálculo de Honorários de Remuneração de Serviços
- 4.3.3 Serviço de Previdência e Seguros Profissionais
- 4.3.4 Aquisição de Bens ou Serviços Profissionais

4.4. ENCOMENDA E CONCURSAMENTO

- 4.4.1 Apoio à Encomenda de Serviços de Arquitetura
- 4.4.2 Apoio Técnico a Concursos



MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DA ENCOMENDA PÚBLICA, composto por um conjunto de diferentes fichas técnicas, uma para cada tipo de procedimento estabelecido no CCP, com o objetivo de elencar os princípios basilares que defendemos na contratação pública. Este trabalho tem como objetivo compilar as recomendações que a AO tem feito chegar às Entidades Adjudicantes, através das análises que tem realizado aos concursos publicados, ao longo dos últimos 11 anos.

As Fichas Técnicas que compõem este MANUAL serão as seguintes:

- Concursos Público para aquisição de serviços – Ficha Técnica concluída.
- Concurso Limitado por Prévia Qualificação – Ficha Técnica realizada. Aguarda análise jurídica.
- Concurso de Conceção - Ficha Técnica realizada. Aguarda análise jurídica.
- Concurso de Conceção-Construção - Ficha Técnica realizada. Aguarda análise jurídica.
- Concurso de Ideias
- Acordo-Quadro
- Consulta Prévia
- Ajuste Direto

4. SERVIÇOS DA ORDEM DOS ARQUITECTOS

4.5. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- 4.5.1 Plano de Formação Único
- 4.5.2 Serviço Partilhado de Formação Profissional
- 4.5.3 Formação Especial



SESSÃO ESCLARECIMENTO
SIMPLEX URBANÍSTICO
Novas Alterações ao RJUE DL-10/2024
19 fev | 18h30



4.6. ATIVIDADES ESTRATÉGICAS PARA A ARQUITETURA E PROFISSÃO DE ARQUITETO

- 4.6.1 PIAAP – Plataforma Integrada de Arquitetos da Administração Pública
- 4.6.2 Educação em Arquitetura
- 4.6.3 Política Nacional de Arquitetura e Paisagem - PNAP
- 4.6.4 Intervenção Pública e Agenda
- 4.6.5 Internacionalização
- 4.6.6 Planeamento e Monitorização da Profissão
- 4.6.7 Inclusão e Responsabilidade
- 4.6.8 Ecologia e Sustentabilidade
- 4.6.9 ARQ.PT - Mapeamento e Valorização da Arquitetura Portuguesa, Preservação e Futuro



5. COMUNICAÇÃO E MARKETING

5.1. PLATAFORMAS DIGITAIS DA ORDEM DOS ARQUITECTOS

- 5.1.1 Site da Ordem dos Arquitectos
- 5.1.2 Portal dos Arquitectos (Balcão Único dos Serviços OA)

5.2. FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO

- 5.2.1 Newsletters
- 5.2.2 Agenda Digital
- 5.2.3 Redes Sociais
- 5.2.4 Arquivo e Repositório de Informação sobre Arquitetura

5.3. INICIATIVAS DE MARKETING

- 5.3.1 Eventos Técnicos
- 5.3.2 Diretórios de Produtos, Serviços e Ferramentas Comerciais
- 5.3.3 Mapa de Oportunidades
- 5.3.4 Merchandising OA
- 5.3.5 Colaborações e Protocolos Comerciais de Marketing

6. INSTALAÇÕES FÍSICAS E DIGITAIS

6.1. SEDES DA ORDEM DOS ARQUITECTOS

- 6.1.1 Sede Nacional e da Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo
- 6.1.2 Sede da Secção Regional Norte
- 6.1.3 Sede da Secção Regional do Centro
- 6.1.4 Sede da Secção Regional do Alentejo
- 6.1.5 Sede da Secção Regional do Algarve
- 6.1.6 Sede da Secção Regional da Madeira
- 6.1.7 Sede da Secção Regional dos Açores

Obras 2025 | opções de projeto
(reabilitação) | Em curso

6.2. INSTALAÇÕES DIGITAIS DA ORDEM DOS ARQUITECTOS

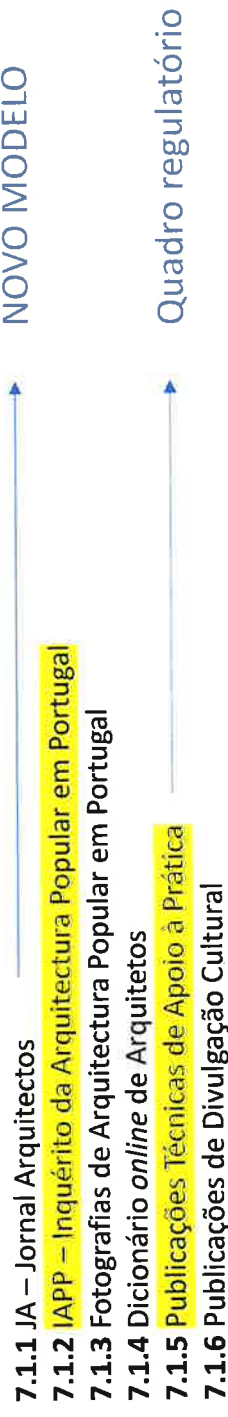
- 6.2.1 Servidores
- 6.2.2 Domínios



PORTARIA SEGUROS | RJUE | PEPU

7. CULTURA, PROMOÇÃO E VALORIZAÇÃO DA ARQUITETURA E DO ARQUITETO

7.1. EDIÇÕES OA



7. CULTURA, PROMOÇÃO E VALORIZAÇÃO DA ARQUITETURA E DO ARQUITETO

7.2. EVENTOS E INICIATIVAS

- 7.2.1 **HABITAR PORTUGAL – 74 | 24. 50 Anos do 25 de Abril**
- 7.2.2 Mês da Arquitetura
- 7.2.3 DNA- Dia Nacional do Arquiteto
- 7.2.4 Iniciativas e Encontros Descentralizados de Arquitetos
- 7.2.5 Fórum | Convenção sobre Mobilidade Urbana Sustentável
- 7.2.6 Festival New European Bauhaus Portugal
- 7.2.7 **Encontros de Arquitetos na Administração Pública**
- 7.2.8 Projeto Arquitetura Circulante (Concurso de Ideias)
- 7.2.9 Open Day 1.0 – Ordem dos Arquitectos de Portas Abertas

7.3. PREMIAÇÃO

- 7.3.1 Premiação com Organização ou Co-Organização da OA
- 7.3.2 Premiação com Representação ou Colaboração da OA

7.4. PROJETOS CULTURAIS

- 7.4.1 Atlas dos Materiais, Oficinas e Maestros
- 7.4.2 Roteiro de Arquitetura Contemporânea
- 7.4.3 Glossário Nuno Teotónio Pereira e Fernando Távora

ANEXOS

PLANOS GERAIS DE ATIVIDADES DAS SECÇÕES REGIONAIS

NORTE
CENTRO
LISBOA E VALE DO TEJO
ALENTEJO
ALGARVE
MADEIRA
AÇORES

[illegible]

OBRIGADO!

